

*Decisão ORDINÁRIA Nº 2169/2001 Processo TCDF Nº 299/2000*

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3568, DE 03 DE ABRIL DE 2001

PROCESSO Nº 299/00

RELATOR: Conselheiro JORGE CAETANO

EMENTA: Representação Conjunta nº 01/2000 - 4ª ICE, versando sobre a concessão de progressão e promoção funcional, após 05/10/88, a servidores aposentados por invalidez qualificada ou instituidores das pensões previstas no art. 242 da Lei nº 1.711/52 e nas Leis nºs 3.738/60 e 6.782/80, tendo em conta as disposições contidas na Lei nº 1.050/50 e, conseqüentemente, no Decreto nº 76.954/75 e no art. 40, § 4º, da Constituição Federal.

**DECISÃO Nº 2169/2001**

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 224/244; II - considerar, em relação a determinação contida no item 4 da Decisão nº 6299/98, adotada no Processo nº 4136/94, reiterada pelas Decisões nºs 1422/2000 e 7774/2000: a) cumprida pelos seguintes jurisdicionados: Polícia Civil do Distrito Federal, Fundação de Apoio à Pesquisa, Fundação Hemocentro de Brasília, Fundação Pólo Ecológico de Brasília, Polícia Militar do Distrito Federal, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Fundação Educacional do Distrito Federal, Secretaria de Gestão Administrativa e Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal; b) descumprida pelos seguintes jurisdicionados: Procuradoria Geral do Distrito Federal, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso e Secretaria de Saúde, relativamente aos servidores da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal; III - firmar o entendimento de que são indevidas as progressões funcionais concedidas, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, com base na Lei nº 1.050/50 e no Decreto nº 76.954/75, disso dando conhecimento aos jurisdicionados; IV - dispensar a reposição ao erário das importâncias pagas em decorrência da concessão indevida de padrões, com fulcro no Enunciado 79 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal; V - determinar que os jurisdicionados mencionados no item II.b, apontem, no prazo de 30 (trinta) dias, os responsáveis pelo descumprimento das decisões ali mencionadas, devendo estes, querendo, desde já, apresentarem suas razões de justificativa, para efeito de aplicação da penalidade prevista no art.

57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94; VI - autorizar: a) a inclusão dos autos em roteiro de futura auditoria programada, objetivando verificar a adequação aos termos desta decisão; b) o retorno autos à 4ª ICE, para as providências pertinentes.

Presidiu a Sessão: a Presidente Conselheira MARLI VINHADELI. Votaram: os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA e MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO. Participaram: o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do MPjTCDF, Procuradora-Geral MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS.

SALA DAS SESSÕES, 03 DE ABRIL DE 2001

PUBLICAÇÃO: DODF de 12/04/2001, págs. 32 a 53